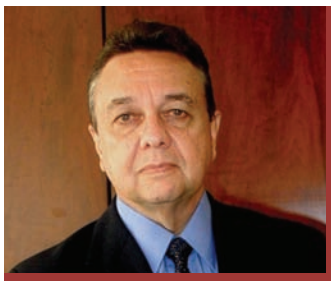


Diário de bordo

Floresta e MDL



Roberto Rodrigues*

A QUESTÃO ambiental entrou definitivamente na agenda do comércio mundial agrícola. Consumidores de todos os países preocupam-se crescentemente com o aquecimento global, com emissões de CO₂, com a camada de ozônio etc. Mas também enxergam os problemas do desmatamento, da erosão do solo, da sustentabilidade produtiva. Com ou sem o viés ideológico, com ou sem a adequada informação, o fato real é que alimentos ou fibras ou biocombustíveis, produzidos sem uma visão preservacionista, tendem a perder mercado. E não há crescimento demográfico ou correspondente aumento da demanda de produtos agrícolas que supere a vontade universal de cuidar do meio ambiente para garantir o bem estar de gerações futuras. E da nossa também!

Nesse cenário vasto, há um tema bastante polêmico no Brasil, que diz respeito às florestas plantadas.

A discussão sobre a lei florestal se arrasta há anos no Congresso Nacional, sem uma definição objetiva. As pressões de ambientalistas de um lado e de agricultores do outro inibem um consenso sobre o tema, de modo que uma MP antiga e desatualizada vai ditando as regras para o setor. Não se chega a um acordo sobre a porcentagem da Reserva Legal, que seria diferente para cada região do País. Pior: não se resolve de uma vez por todas uma questão óbvia, que é a aceitação da Área

de Preservação Permanente (vizinha a rios, nascentes, lagos, encostas etc.) como integrante da Reserva Legal.

Discute-se também a transposição de Reserva Legal para áreas menos próprias para agropecuária, inclusive em outras regiões, e não apenas na mesma micro bacia.

Outro ponto de discussão é qual o órgão público que cuida da implementação e fiscalização das florestas plantadas. O Ministério do Meio Ambiente, como é hoje, ou o da Agricultura, como querem os produtores? A discussão é conceitual. Se floresta plantada tem objetivo econômico, é uma atividade agrícola produtiva como qualquer outra e, portanto, sua política deve ser conduzida por quem cuida de café, alface ou frango.

Se, de outro lado, é uma atividade preservacionista, deve ficar com o Meio Ambiente.

E como fica a exploração racional das florestas? Nos países da Europa e em vários outros desenvolvidos, florestas plantadas têm um manejo estruturado: para cada árvore cortada nas florestas plantadas das fazendas suecas, o agricultor planta outra. E ninguém precisa obrigar: é uma atividade agrícola como outra qualquer, de modo que a renovação da mata é necessária para a renda! E aqui? Uma vez plantada, a floresta nativa permanente fica intocada. Não é racional: pode-se produzir na floresta muito alimento – como palmito, frutas – e muitas plantas aromáticas e medicinais, cuja exploração tem de ser regulamentada, assim como a própria exploração da madeira.

Por último, resta a questão dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e dos Créditos de Carbono. A BM&F está trabalhando com afinco na regulamentação desse ponto. Mas é muito importante que seja regulamentada de uma vez por todas a questão florestal. Além do ponto de vista da ecologia, há muita economia embutida na matéria. É o necessário ecoeco (ecologia com economia). ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Status sanitário de excelência



Cesário Ramalho da Silva*

A COMPANHAMOS, EM maio último, a 75ª. Reunião da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris e Bruxelas, na missão do Brasil na Comunidade Européia. Existem surpreendentes e exemplares vitórias, mas muitos desafios para o programa sanitário brasileiro. A boa nova foi a certificação de Santa Catarina como livre de febre aftosa sem vacinação e o sul do Pará como livre da doença com vacinação.

O parecer favorável a Santa Catarina é um divisor de águas. O resultado, fruto de forte integração entre o setor privado e o público da cadeia produtiva, mostra o modelo de referência do estado catarinense na infra-estrutura sanitária. Agora, o Brasil poderá pleitear na comunidade internacional o reconhecimento da regionalização do seu programa de combate e controle sanitário. Isso vai favorecer a abertura de mercados.

Com o novo status, Santa Catarina torna-se mais atrativa a investimentos. Um passaporte para o acesso de seus produtos agropecuários, com destaque para frangos e suínos, a mercados mais lucrativos, como Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos, Canadá, México, Chile, UE entre outros. Países potencialmente compradores, com destaque para os Estados Unidos, já sinalizaram interesse em negociar com empresas catarinenses.